

GABRIEL PITHAN DAUDT
Mestre em Direito – Unisinos
Procurador do Estado do Rio Grande do Sul

**RESERVAS AOS TRATADOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS
HUMANOS**
O Conflito entre a Eficácia e a Promoção dos Direitos Humanos

Sérgio Antonio Fabris Editor

Porto Alegre, 2006

CATALOGAÇÃO NA FONTE

D238r Daudt, Gabriel Pithan
Reservas aos tratados internacionais de direitos humanos : o conflito entre a eficácia e a promoção dos direitos humanos / Gabriel Pithan Daudt. - Porto Alegre : Sérgio Antônio Fabris Ed., 2006.

222 p.; 22 cm.

ISBN 85-7525-373-5

1. Direitos humanos : Direito Internacional Público. 2. Tratado. 3. Relações internacionais. I. Título.

CDU 341.231.14

SUMÁRIO

PREFÁCIO	9
INTRODUÇÃO	13
PRIMEIRA PARTE - O REGIME DE RESERVAS AOS TRATADOS INTERNACIONAIS DE CARÁTER MULTILATERAL	23
CAPÍTULO I -, Evolução do Direito e da pratica relativas as reservas aos tratados internacionais de caráter multilateral - do princípio da unanimidade à admissibilidade de reservas antes da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados	25
1.O princípio da unanimidade	27
2. Abordagem do sistema interamericano às reservas	31
3. Princípio da soberania absoluta - As reservas para os países do bloco socialista	36
4. O Parecer da Corte Internacional de Justiça sobre as reservas à convenção de prevenção e punição do crime de genocídio	39
CAPÍTULO II - A evolução do instituto da reserva na Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados de 1969	49
1. Histórico da Convenção de Viena	50
2. O desenvolvimento da possibilidade de formulação das reservas fora dos limites do princípio da unanimidade	52
3. Conceito de reserva	57
3.1. Critérios da Convenção de Viena	57
3.2. Reservas e figuras afins	62
3.3. Situações específicas	64
4. Modalidades de formulação (ratificação, aceitação e aprovação)	69
4.1. Confirmação	69
4.2. As reservas e questões da ordem jurídica interna	70
4.3. A formulação de reservas na prática brasileira	72

Localização: 341.231.14

D244r

Código de barras: STJ00064585

5. Reservas feitas a destempo	75
6. Comunicação das reservas (notificação e publicidade)	76
7. A aceitação e a objeção às reservas	79
7.1. Aceitação das reservas	79
7.2. Objeções às reservas	84
8. Efeitos jurídicos das reservas e de suas objeções	85
8.1. Aceitação da reserva	85
8.2. Objeção à reserva aceitando o Estado como parte no tratado	87
8.3. Objeção à reserva não aceitando o Estado como parte no tratado	88
9. Retirada das reservas e das objeções às reservas	89
10. Reservas e sucessão de Estados	92
11. Críticas às regras da Convenção de Viena em relação às reservas...	93
11.1. Caráter contratual do regime da Convenção de Viena.	94
11.2. Caráter indeterminado do Critério da Compatibilidade e o impasse criado por uma objeção	96
11.3. A tendência ao abuso no uso das reservas e à tomada de decisões políticas	97
12. O recente reexame do tema pela Comissão de Direito Internacional da ONU: novos desenvolvimentos	99

SEGUNDA PARTE - A ADMISSIBILIDADE DAS RESERVAS A TRATADOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS 105

CAPÍTULO I - A natureza especial do Sistema Internacional de Proteção dos Direitos Humanos 107

1. Origens e desenvolvimento do sistema universal e dos sistemas regionais de proteção e promoção de direitos humanos	111
1.1. Plano Normativo - Formação dos instrumentos internacionais de proteção	113
1.2. Plano Processual - Atividade dos órgãos de supervisão	120
1.2.1. Órgãos das Nações Unidas	120
1.2.2. Órgãos Regionais	124
2. O problema da pretensão universalista dos direitos humanos em face do multiculturalismo ou relativismo cultural	131
2.1. Os Direitos Humanos como um fenômeno ocidental	134
2.2. O Relativismo - cultura e privilégios	140

Localização: 341.231.14

D244r

Código de barras: STJ00064585

3. A formação de direitos humanos como normas <i>jus cogens</i> e/ou <i>erga omnes</i>	145
3.1. <i>Jus cogens</i>	147
3.2. Obrigações <i>erga omnes</i>	156

CAPÍTULO II - A admissibilidade de Reservas a Tratados Internacionais de Direitos Humanos.

1. Principais tipos de reservas	161
1.1. Reservas de soberania	162
1.2. Reservas culturais	165
1.3. Reservas de ordem conjuntural	168
1.4. Reservas de maior proteção	170
2. A posição dos órgãos de supervisão dos direitos humanos em relação às reservas aos tratados de direitos humanos: a busca do equilíbrio entre a soberania dos Estados, a integridade do tratado, e os valores superiores protegidos pelas normas de direitos humanos	171
2.1. Órgãos das Nações Unidas	171
2.1.1. Comitê de Direitos Humanos	172
2.1.2. Comitê sobre a Eliminação da Discriminação contra a Mulher (CEDAW)	177
2.1.3. Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial	181
2.1.4. Comitê dos Direitos da Criança	182
2.2. Órgãos dos Sistemas Regionais de Proteção	184
2.2.1. A Corte Europeia dos Direitos do Homem	184
2.2.2. Comissão Interamericana de Direitos Humanos	190
2.2.3. Corte Interamericana de Direitos Humanos	193
3. A admissibilidade das reservas: uma abordagem pragmática à luz da natureza cultural e da viabilidade futura de cumprimento das normas	199
3.1. Necessidade das reservas	200
3.2. Critério da compatibilidade	201
3.3. Que não contrariem o <i>jus cogens</i> e não frustrem o caráter <i>erga omnes</i> de determinadas obrigações	202
3.4. Compromisso temporal	205
3.5. Possibilidade de separação entre a reserva e o consentimento	206

CONCLUSÃO	211
-----------	-----

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	217
----------------------------	-----